

24.05.2017 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Comissão Independente dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa**
Ana Rita Jaleca, Ângela Ricardo, Carla Domingos, Cátia Silva, Ema Marques, Inês Santos, Inês Teixeira, Joana Lisboa, Liliana Duarte, Luzia Tavares, Maria Leonor Paulino, Marta Trindade, Rita Aguilár, Rita Belicha, Sandra Cavaco, Sara Cortez Calçado, Sara Mendes, Sónia Ramos, Susana Passinhas, Tânia Costa, Tânia Lopes, Vânia Lourenço, Vera Correia e Vera Gomes Correia.

Recebidos por: Grupo de Trabalho da Educação Especial, Coordenado pela Deputada Manuela Tender (PSD), que preside, Deputadas Laura Magalhães (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Joana Mortágua (BE) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Uniformização dos critérios de seleção dos intérpretes de LGP

Exposição: A Deputada Manuela Tender (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, presidiu à audiência, tendo cumprimentado os elementos da delegação e informado do pedido de audiência apresentado, bem como da grelha de tempos da audiência, e da possibilidade de envio de contributos para o *mail* da Comissão.

Foi dada assim a palavra a Tânia Costa, que referiu que a Comissão Independente dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (CIILGP) foi constituída com vista a expressarem as principais preocupações sentidas por estes técnicos.

Uma das maiores preocupações prende-se com o carácter anual dos concursos para as escolas, apesar de compreenderem que as escolas só possam abrir os concursos quando recebem as devidas autorizações para o efeito.

Afirmou também que os concursos anteriores eram mais justos, pois eram equivalentes aos dos docentes.

Também sublinhou que existe uma indefinição legislativa, o que potencia a ocorrência de situações de ambiguidade.

Estes técnicos não são colocados logo no início do ano letivo, o que coloca os alunos surdos numa situação de desigualdade com os outros alunos.

Uma vez que a surdez é um problema de carácter permanente e que se estende a todas as disciplinas, não deve ser cortado o apoio prestado a nenhuma delas, nomeadamente na disciplina de Educação Física, como habitualmente se faz.

Evidenciou que a escolaridade obrigatória vai até ao décimo segundo ano, e portanto o Estado deve dar os apoios de que está incumbido.

A contratação destes técnicos é feita ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho](#), tendo em vista a contratação temporária, não se justificando o recurso a este diploma uma vez que a necessidade é permanente, tal como a dos docentes do Grupo de Recrutamento 920 – Educação Especial.

Relatou que as técnicas, presentes nesta audiência, a 31 de agosto fazem fila para o desemprego e a 8 de setembro começam a elaborar *portfolios* que são todos diferentes para todas as escolas, tal como têm de ir a entrevistas quando sabem, à partida, que não ficarão nas escolas porque a continuidade é valorizada por estas.

Salienta que estes técnicos são indispensáveis para a integração do aluno, porque estão presentes como agente interpretativo dentro da sala de aula, mas não só.

Lamenta que tenha sido alterado o procedimento destes concursos, tornando-os mais injustos. Tal como considera necessária a criação de quadros permanentes da Língua Gestual, para colmatar esta ambiguidade e injustiça.

Ao nível dos concursos, referiu que existem injustiças, nomeadamente ao nível da contagem do tempo de serviço, dos critérios para a elaboração dos *portfólios*, etc.

Informou, ainda, que ao nível dos contratos, inicialmente trabalhavam 22h, agora estão a trabalhar entre 35h a 40h, quando o trabalho do técnico da língua gestual começa a ser prejudicial para este a partir das 15h semanais.

Iniciou-se, assim, a fase das intervenções das Deputadas, tendo sido dada a palavra à Deputada Laura Magalhães (PSD) que começou por cumprimentar e saudar a CIILGP, referindo que para o seu Grupo Parlamentar era importante conhecer quem trabalha no terreno e ouvir os seus testemunhos. Tomou nota dos pontos principais da intervenção, os quais serão certamente fruto de discussão no seu Grupo Parlamentar. Reforçando o pedido de envio dos contributos para a Comissão.

Referiu, ainda, que o Grupo de Trabalho da Educação Especial tem demonstrado uma particularidade, que é tentar chegar a consensos para resolver as preocupações e necessidades de todos os que trabalham nesta área. Neste sentido, recentemente aprovaram um projeto de resolução sobre esta matéria. Contudo, e face à intervenção da CIILGP, verificou que esse projeto contém algumas lacunas. Nesse sentido e em nome do Grupo Parlamentar do PSD referiu que de tudo fará para corresponder às necessidades expostas.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) saudou as presentes e referiu que quanto mais se faz nesta área da Educação Especial, mais se apercebe do que ainda há para ser feito. E de facto, considera que nos temos de orgulhar do nosso País, porque muito já foi concretizado. Referiu que existem muitas reivindicações que lhe parecem justas, quer da parte dos alunos com necessidades educativas especiais, quer da parte dos técnicos que com eles trabalham. Trata-se, portanto, de uma área que precisa do apoio de todos.

Neste seguimento, questionou se estas reivindicações foram já levadas ao conhecimento do Governo, e a terem sido, perguntou se o pretendido é a criação de um grupo de recrutamento. Questionou, ainda, que disciplinas estão a ser cortadas ao nível do apoio prestado por estes técnicos. E por fim, perguntou se existia um Estatuto para a profissão destes técnicos e se existia uma explicação para ainda não existir.

Concluiu, referindo que o Grupo Parlamentar do PS está sensível a estas matérias.

A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que, da parte da manhã, receberam em audiência na Comissão de Educação e Ciência, assistentes sociais, e a semana passada receberam outros técnicos especializados. Assim, referiu que a escolaridade obrigatória alargou-se e que a necessidade de uma escola inclusiva é cada vez mais premente. Expôs que o problema que existe aqui é existir uma profissão que tem de ter direitos para também poderem ser garantidos os direitos dos alunos.

A questão do horário para os Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa é importante, porque um intérprete não pode fazer 35 horas semanais ou mais. Trata-se de uma legislação que está bastante desatualizada e tem de ser revista. Considera que a exigência que a CIILGP lhes transmitiu é a da necessidade de um concurso.

Referiu, ainda, que foi aprovado, recentemente o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) questionando se os intérpretes que integram a CIILGP já submeteram os seus processos e se estão a pensar submetê-los. Referiu que o Grupo Parlamentar do BE está a recomendar a entrega em papel, porque a plataforma não permite o envio de anexos. É certo que os professores estão excluídos do PREVPAC, mas considera que não existe nenhuma razão para não serem contemplados estes técnicos.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, salientando que as necessidades permanentes devem ter um vínculo efetivo, e que é este o caminho a seguir.

Reforçou, que a situação atual destes intérpretes é de grande injustiça e que a melhor solução, de facto, é o concurso nacional por lista graduada para estes técnicos. Mas tem de admitir que isto não acontecerá já para o próximo ano.

Referiu ter registado aquilo que a CIILGP colocou como proposta. Tratando-se de uma questão muito antiga e em relação à qual o Grupo Parlamentar já havia apresentado uma proposta, a saber, o Projeto de Lei n.º 380/VII/2.^a - [Define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual](#). Considera que tem sido feito um caminho de degradação das condições de trabalho dos profissionais da língua gestual, e que chegamos a um ponto em que é preciso arranjar uma solução.

Por fim, explicou que a regulamentação da atividade até poderia ser feita pela Assembleia da República, mas que por regra é pelos Ministérios, neste caso o Ministério da Educação. E comunicou que da parte do Grupo Parlamentar do PCP o compromisso é de refletir sobre esta matéria.

Dada a palavra à CIILGP, começou Luzia Tavares por referir que foi das primeiras a tirar o curso de intérprete da língua gestual e que está há treze anos na mesma escola, já entregou vários documentos junto do Ministério da Educação e que nunca obteve qualquer resposta.

Já Tânia Costa referiu que todos os anos é pedido o número das necessidades da escola, p.ex: se estivermos a falar duma turma com 5 meninos surdos, talvez sejam precisos um a dois intérpretes. Por regra, o Ministério autoriza um. Quando o intérprete não consegue dar todas as aulas, porque não dispõe de horas para o efeito, e tem de cortar no apoio que presta, o técnico, por regra, corta nas aulas técnicas, como seja Educação Física ou Educação Visual. As escolas tentam rentabilizar os técnicos que são autorizados da melhor forma. Por outro lado, não há nada na lei que defina o horário dos intérpretes.

Luzia Tavares pediu a palavra para dizer que está colocada numa escola de ensino artístico, onde não podem cortar nos tempos da Educação Visual, referindo que os alunos surdos devem ter o direito a poder seguir cursos nesta área, como seja cursos de *Design*.

Dada a palavra a Tânia Costa para responder a pergunta colocada, foi pela mesma referido que já fizeram chegar ao Governo as suas preocupações e o que têm visto é uma degradação dos seus postos de trabalho.



Comissão de Educação e Ciência

Pediu, ainda, a palavra Susana Passinhas, para referir que a questão de criação de um Grupo de Recrutamento é a garantia de condições que não são asseguradas de outra forma, tal como o exemplo do Grupo de Recrutamento 920 – Educação Especial. Considera que não faz sentido dizer-se que o seu trabalho é uma necessidade que só se sente até 31 de agosto e que depois recomeça em setembro, com o início das aulas. Mais, sublinha que a criação de um grupo de recrutamento permanente é também uma garantia para o aluno.

Por fim, Tânia Costa acrescentou que estão a aguardar ter mais informações sobre o PREVPAC para decidirem se submetem, ou não, os seus processos, nomeadamente por não saberem de que forma é que os técnicos serão afetos à escola, nem o horário a cumprir, considerando a especificidade do tipo de trabalho que desempenham.

A Deputada Manuela Tender (PSD) agradeceu, novamente, os contributos apresentados e solicitou o envio dos mesmos para posterior divulgação na [página da Comissão](#).

A presente audição foi objeto de gravação áudio, constituindo a gravação parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede, e podendo ser consultada na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2017

A assessora
Ágata Leite

